

**ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CEHIDRO.**

Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e nove, às 09h 18min no Auditório do Parque Massairo Okamura, ocorreu a 21ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Aprovação da ATA da 10ª Reunião Extraordinária do CEHIDRO; Informes; Apreciação da Minuta de Resolução nº 27, que trata da proibição de perfuração de poços jorrantes; Apreciação da Minuta de Resolução nº 28, que substitui a resolução nº 12 de 06/06/07, que trata da outorga de direito de uso no estado; Apreciação da Minuta de Resolução nº 29, que trata da outorga de diluição de efluentes; Assuntos Gerais. A reunião foi presidida pelo Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli, Secretário Executivo do CEHIDRO, assessorado pela Sra. Sibelle Jakobi, Secretária do CEHIDRO, e registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Srs. Luiz Gonzaga Toledo e Juracy de Ozeda Ala Filho, representantes da SEPLAN; Sr. Flávio Cesário Peixoto, representante da SEDER; Sra. Edenir Maria Serigatto, representante da UNEMAT; Sr. Renato Blat Migliorini, representante da UFMT; Sra. Cinthia Barroca de Castro, representante do IBAMA; Sr. Antônio Brandt Vechiatto, representante da ABAS; Sra. Ildisneya Velasco Dambros, representante da SANECAP; Sra. Alessandra Panizi e Souza, representante do INSTITUTO CREATIO; Sra. Daniela Maimoni de Figueiredo, representante da ARPCA; Sra. Natanny Elida de Oliveira Melo, representante da RAEONG's. O Secretário Executivo iniciou a reunião colocando em apreciação a Ata da 10ª Reunião Extraordinária do CEHIDRO, questionando aos conselheiros se existem alterações necessárias. Ninguém se manifestando, a ata foi posta em votação e aprovada por unanimidade. Dando continuidade a pauta, passou aos informes e colocou aos conselheiros que o IBAMA esta solicitando sua substituição na Câmara Técnica de Barragens – CTBarragens – e na Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS - , ponderando que até o fim da reunião deverá ser definido quem substituirá o IBAMA nas mesmas. Em seguida, informou aos conselheiros que as Sras. Daniela Maimoni de Figueiredo e Rúbia Fantin da Cruz irão substituir o Sr. Eloy Antonio Brandão e a sra. Marly Batista Aguiar, como representantes titular e suplente da ARPCA. Em seguida deu as boas vindas a conselheira Daniela Maimoni e passou a palavra à mesma, para que se apresentasse. A conselheira Daniela Maimoni colocou aos conselheiros que sempre atuou na área de recursos hídricos, tendo inclusive mestrado e doutorado na área e já tendo atuado na antiga FEMA. Colocou ainda que esta atuando como consultora e possui um laboratório de análises de água e que foi convidada pela ARPCA para representá-la

35 por ter participado de alguns eventos com a instituição, destacando que espera contribuir
36 com as discussões. Dando continuidade aos informes, o Secretario Executivo colocou aos
37 conselheiros que será realizado um Workshop sobre Enquadramento dos Corpos D'água
38 em Classes, no dia 21 de julho de 2009, a partir das 8h, no Auditório do Parque Massairo
39 Okamura, destacando que esse evento será o primeiro passo para se iniciar o
40 enquadramento no Estado e contará com a presença do Sr. Marcelo Costa, especialista
41 em recursos hídricos da ANA. Complementou que foram enviados os convites aos
42 conselheiros através do correio mas que também será enviado via e-mail. Colocou aos
43 conselheiros que será realizado de 27 a 30 de julho o 7º Seminário Regional de Recursos
44 Hídricos de Mato Grosso, o qual ocorrerá em Aripuanã com o tema: "Aripuanã: Complexo
45 das Águas". Em seguida, colocou aos conselheiros que será realizada em Brasília, entre
46 os dias 26 e 28 de agosto o 1º Seminário Internacional do Programa Produtor de Água,
47 destacando que este é um seminário realizado pra tratar da redução da erosão e do
48 assoreamento de mananciais no meio rural prevendo remuneração aos proprietários
49 participantes e como esses benefícios serão pagos. A conselheira Cinthia Barroca
50 complementou que este é um projeto muito interessante, onde se verifica junto as
51 propriedades se as mesmas cumprem sua função ambiental de produção de água, e caso
52 esteja o proprietário passa a receber por essa função ambiental. Continuando com os
53 informes, o Secretario Executivo colocou aos conselheiros que durante a ultima reunião
54 do CNRH foi aprovada a Moção nº 46, a qual recomenda a órgãos e entidades ações
55 para a efetivação dos fundos estaduais de recursos hídricos, ponderando que na mesma
56 é colocado como fundo de recursos hídricos o FEMAM, entretanto antes de se fazer esta
57 moção foi feita uma consulta aos estados para se saber a situação dos fundos estaduais.
58 Complementou que esta moção sugere uma vinculação da receita proveniente do
59 aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia com a aplicação dos
60 mesmos na gestão de recursos hídricos, destacou que durante a última reunião para se
61 tratar do Planejamento da SEMA, especificamente o PTA e o PPA, já se falou em aplicar
62 o recurso dessa fonte somente para a gestão de recursos hídricos, recuperação de áreas
63 degradadas e educação ambiental, o que iria ao encontro do solicitado na moção,
64 ponderando que mesmo que isso represente um maior volume de recursos, não
65 solucionaria o problema se não existir agilidade, tanto da SAD quanto da SEMA, na
66 aplicação dos mesmos. O conselheiro Antonio Vecchiato colocou que durante a última
67 reunião do CNRH foi aprovada também outra moção, dirigida aos fundos de pesquisa,
68 solicitando que destinem recursos para o estudo de recursos hídricos, em especial para o

69 aquífero guarani. O Secretário Executivo colocou que foi apresentado o Projeto Aquífero
70 Guarani onde foi apresentado o material confeccionado pelo Programa, porem o relatório
71 final das atividades não foi entregue pois a gráfica não tinha finalizado a confecção do
72 mesmo, ficando acordado que seria entregue aos conselheiros do CNRH na próxima
73 reunião, destacando que não tinha conhecimento sobre a Moção direcionada aos fundos
74 de pesquisa, e se comprometendo a verificar a viabilidade da informação. Dando
75 continuidade á pauta, o Secretário executivo colocou aos conselheiros que na pauta que
76 foi encaminhada a eles constava a apreciação de minuta de resolução que trata da
77 outorga de diluição de efluentes, a qual a SEMA pede a retirada da pauta, devido a uma
78 necessidade de se amadurecerem alguns conceitos, uma vez que a Sra. Ellen Pantoja,
79 gerente de outorga, ao participar da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos,
80 Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR – do CNRH, e comparar com outros
81 Estados percebeu que faltam ser consolidados alguns pontos. Colocou em discussão a
82 retirada deste item da pauta, o que foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros
83 presente. Dando continuidade a pauta, o Secretario Executivo colocou que o próximo item
84 é a apreciação de minuta de resolução que trata da proibição de perfuração de poços
85 jorrantes, destacando que essa minuta é um produto das reuniões da CTAS e passou a
86 palavra para o presidente da mesma, Sr. Nédio Carlos Pinheiro. O Sr. Nédio Pinheiro
87 iniciou sua apresentação citando aos conselheiros as entidades que integram a CTAS,
88 destacando que essa resolução faz parte do que foi discutido, no 1º Diálogo das Águas de
89 Mato Grosso realizado no município de Juscimeira no mês de maio. Dando continuidade,
90 colocou aos conselheiros que o objetivo desta resolução é reverter o dano ambiental
91 causado pelo desperdício das águas subterrâneas em regiões de hidrotemalismo jorrante,
92 bem como disciplinar a construção dos poços tubulares, explicando aos conselheiros o
93 que é um poço tubular. Colocou ainda que a construção de poço é regulamentada pela
94 Lei nº 8.097/2004, que trata da administração e conservação das águas subterrâneas de
95 domínio do Estado, apresentando exemplos de poços bem e mal construídos. A
96 conselheira Alessandra Panizi questionou o que se entende por poço parcialmente
97 revestido, sendo respondida pelo senhor Nédio Pinheiro que este ocorre quando o
98 perfurador não reveste inteiramente o poço, normalmente ocorrendo quando o mesmo
99 encontra uma rocha dura, onde pode encaixar o revestimento. Dando continuidade, o Sr.
100 Nédio Pinheiro apresentou aos conselheiros a minuta de resolução, lendo os artigos para
101 os conselheiros. A conselheira Alessandra Panizi sugeriu que alterasse o texto
102 “Considerando que a dominialidade das águas subterrâneas são bens do Estado” para

103 “Considerando que as águas subterrâneas são bens de domínio do Estado” e que as leis
104 citadas fossem colocadas em letra maiúscula, citando sua numeração e ano, alteração
105 que foi aceita pelos demais conselheiros. A conselheira Alessandra Panizi questionou
106 porque foi colocado no artigo primeiro especial atenção para o Vale do São Lourenço,
107 sendo respondida pelo Sr. Nédio Pinheiro que foi colocado isto por ser a região onde mais
108 ocorre o artesianismo jorrante, destacando que durante o Diálogo em Juscimeira foram os
109 municípios que aceitaram participar com a SEMA na resolução deste problema. A
110 conselheira Alessandra Panizi ponderou que da forma como esta colocado se está
111 discriminando a região, sugerindo que esta parte do texto fosse suprimida, o que foi aceito
112 pelos demais conselheiros. A sra. Ellen Pantoja, Gerente de Outorga, colocou que não
113 deveria ser colocado neste artigo que se disciplinarão as atividades, mas sim os usos de
114 água. A conselheira Alessandra Panizi questionou se não seria o caso de somente se
115 licenciar, sendo respondida pelo Secretário Executivo que não, pois não é possível
116 licenciar os poços se eles não atendem à legislação vigente. O Secretário executivo
117 ponderou que a intenção deste artigo primeiro é proibir a perfuração de novos poços até
118 que sejam regularizados os anteriores. A Sra. Ellen Pantoja ponderou que neste caso
119 você estaria proibindo a instalação de uma nova atividade em detrimento de outras que já
120 estão instaladas irregularmente, sendo colocado pelo Secretário Executivo que é
121 necessário se ter conhecimento do que existe para poder liberar novas perfurações. O
122 conselheiro Juracy Ala falou que a região do São Lourenço é muito importante em relação
123 ao artesianismo termalismo.. A conselheira Alessandra Panizi ponderou que agora ficou
124 claro porque é necessário colocar a região de atuação, pois como ficou escrito esta
125 proibindo a perfuração de poços no estado como um todo, sendo colocado pelo Sr. Nédio
126 Pinheiro que é uma região muito bem definida em que ocorre o artesianismo jorrante. O
127 Secretário Executivo colocou que existem estudos que podem dar um embasamento para
128 que a resolução seja feita somente sobre a região da UPG P5. O conselheiro Juracy Ala
129 questionou se não poderia ser feita uma região de ocorrência de hidrotermalismo, sendo
130 respondido pelo Sr. Nédio Pinheiro que existem poços jorantes que não são termais mas
131 que também apresentam o problema do desperdício. A conselheira Alessandra Panizi
132 ponderou que deveria se voltar a colocar que a resolução se aplica a UPG P5, sugerindo
133 que o texto ficasse “Fica suspensa, temporariamente, na região da Unidade de
134 Planejamento e Gerenciamento do São Lourenço – UPG P5 a perfuração de poços
135 tubulares para captação de águas subterrâneas, onde ocorre artesianismo jorrante”. A
136 conselheira sugeriu ainda que o texto do parágrafo único ficasse com o seguinte texto

137 “Esta resolução permanecerá em vigor até que sejam regularizadas os poços existentes”,
138 alterações que foram aprovadas pelos demais conselheiros. Dando continuidade á leitura
139 da minuta, o Secretario Executivo leu o Artigo 2º e sugeriu que fosse suprimido do caput
140 do mesmo o texto “tecnicamente viáveis”, o que foi aprovado. A conselheira Alessandra
141 Panizi questionou o que são as melhorias estruturais citadas no caput, sendo respondido
142 pelo Sr. Nédio Pinheiros que são alterações com a finalidade de evitar desperdícios, tais
143 como tubulação para elevar o nível piezométrico. A conselheira Alessandra Panizi
144 questionou se não é necessário se citar quais são essas melhorias, sendo respondida
145 pela Secretaria do CEHIDRO que o parágrafo segundo já cita que a SEMA deverá
146 aprovar estas melhorias. A conselheira Natanny Melo questionou se não é necessário por
147 um prazo para que a SEMA notificasse os proprietários, sendo respondida pelo Sr. Nédio
148 Pinheiro que a partir de julho já tem viagens programadas para a região com a finalidade
149 de notificar os proprietários. O Secretário Executivo ponderou que já se tem o apoio das
150 prefeituras da região para esta regularização, sendo complementado pelo Sr. Nédio
151 Pinheiro que são poucos os poços jorrantes. A conselheira Cinthia de Castro ponderou
152 que quando se estabelece um prazo máximo não é necessário se fazer a fiscalização e os
153 proprietários que tem o interesse de perfurar um novo poço tem uma data para isso,
154 sendo ponderado pelo Sr. Nédio Pinheiro que os proprietários acabariam deixando para o
155 último dia do prazo. A conselheira Alessandra Panizi sugeriu que fosse colocado um
156 prazo de um ano para a proibição, entretanto quando a SEMA fizesse a fiscalização
157 desse um prazo menor através da notificação, de acordo com as condições do poço. O
158 conselheiro Antônio Vecchiato questionou como será com os empreendedores que
159 querem perfurar o poço dentro da normas para balneabilidade e engarrafamento, sendo
160 respondido pelo Sr. Nédio Pinheiro que foi feita uma parceria com o DNPM pois as águas
161 minerais são de competência da União, através do DNPM. A conselheira Cinthia de
162 Castro ponderou que a liberação da perfuração de novos poços tem que ficar vinculada a
163 realização de um estudo, e não a regularização dos poços já perfurados, pois da forma
164 como esta colocado os empreendedores estão sendo punidos por algo que não fizeram. A
165 sra. Ellen Pantoja colocou que são duas situação distintas que estão sendo discutidas,
166 uma é o prazo que será dado para os empreendedores que já possuem poços se
167 regularizarem e outra é o prazo de validade da resolução, período no qual ficará proibida
168 a perfuração de novos poços. A sra. Lilian Apoitia ponderou que a SEMA não possui
169 condições de fazer em um ano um estudo que diga onde o empreendedor poderá perfurar
170 e a vazão que poderá ser retirada. A conselheira Cinthia de Castro questionou se é

171 necessário proibir a perfuração, sendo colocado pela conselheira Nattany Melo que pode
172 ser suspensão temporariamente a perfuração porque se tem estudos que demonstram a
173 existência de risco ao aquífero, ponderando que não se pode vincular à regularização dos
174 poços já existentes. O Sr. Nédio Pinheiro colocou que o risco aos recursos hídricos se
175 refere ao desperdício dos mesmos, sendo complementado pelo conselheiro Renato
176 Migliorini que se deve parar por um tempo a perfuração de novos poços para que o
177 aquífero possa voltar ao nível original. O conselheiro Luiz Gonzaga colocou que se deve
178 fazer um estudo para verificar se seria possível se perfurar novos poços. A conselheira
179 Edenir Serigatto ponderou que é necessário também se proteger as áreas de recarga
180 destes aquíferos, uma vez que se as mesmas estiverem comprometidas somente a
181 proibição da perfuração de novos poços não será suficiente para garantir que o aquífero
182 retorne ao nível original. A sra. Lilian Apoitia sugeriu que fosse colocado na Resolução
183 que podem ser liberadas as perfurações de novos poços desde que os mesmos
184 apresentem o processo na SEMA, ponderando também que se poderia colocar um prazo
185 de seis meses como período de validade da resolução e caso seja necessário prorrogar o
186 prazo. O Secretario Executivo ponderou que como a idéia é reduzir o desperdício, é viável
187 se colocar um prazo curto. A Sra. Ellen Pantoja ponderou que deve ser muito bem
188 definido este ponto, pois o técnico que analisa o processo deve ter clareza se deve ser
189 autorizada ou não a perfuração. A conselheira Alessandra Panizi colocou que primeiro se
190 deve definir o foco da Resolução. O conselheiro Juracy Ala colocou que já existe uma lei
191 que trata deste tema, o que tem que ser feito é uma maior atuação da SEMA, não
192 somente com relação a fiscalização, sendo complementado pela conselheira Alessandra
193 Panizi que a lei que trata deste tema é a Lei Estadual nº 8.097/2004, ponderando que não
194 adianta se repetir o citado na mesma, o que pode ser feito é colocar que os
195 empreendedores que já possuem poços terão um prazo para se regularizar. O
196 conselheiro Juracy Ala colocou que para isso pode ser feita uma portaria interna da
197 SEMA. O Secretario Executivo colocou que a SEMA irá fazer a fiscalização e dará os
198 encaminhamentos necessários, podendo o CEHIDRO proibir a perfuração por um prazo
199 pré-determinado para que se faça um estudo. O Sr. Marcio Martins ponderou que desta
200 forma não irá resolver o problema, uma vez que continuarão sendo perfurados
201 irregularmente, sendo ponderado pelo conselheiro Luiz Gonzaga que nesta situação se
202 pode ter uma resolução forçando a SEMA a agir. A conselheira Nattany Melo colocou que
203 se deveria ver com a SEMA o prazo necessário para se fazer o estudo da região e fazer a
204 resolução baseada no mesmo. O conselheiro Antônio Vecchiato ponderou que deve ser

205 tomada uma atitude para se forçar a fiscalização, sugerindo que se faça uma Moção ao
206 CREA para que o mesmo acompanhe as perfurações de poços e outra moção dirigida a
207 Entidades de fomento para que as mesmas destinem recursos para pesquisas nesta área.
208 O conselheiro Luiz Gonzaga ponderou que a Resolução proposta continua cabendo, uma
209 vez que se a mesma não foi feita se continuará sendo permitido a perfuração de novos
210 poços. A sra. Leonice Lotufo ponderou que foi feita uma reunião em Juscimeira sobre este
211 tema e se entrou em consenso com a sociedade para se resolver este problema, não é
212 conveniente se fazer diferente agora, sendo ponderado pelo Secretário Executivo que o
213 acordado será cumprido, porem com a entrega de um documento, neste caso a
214 notificação, de forma a não poderem alegar desconhecimento. O conselheiro Juracy Ala
215 ponderou que é necessário que se tenha embasamento para ser feita esta proibição,
216 sendo ponderado pela conselheira Cinthia de Castro que o papel da SEMA e do
217 CEHIDRO são distintos, neste caso existe o risco eminente de dano ao aquífero e cabe
218 ao CEHIDRO resolvê-lo, propondo que seja mantida a suspensão da perfuração nesta
219 resolução. O Secretario Executivo sugeriu então que a resolução fosse reescrita pela
220 CTAS, colocando-se a justificativa técnica e o prazo de validade da mesma, sendo
221 sugerido também pelo conselheiro Luiz Gonzaga que fosse marcada uma reunião
222 extraordinária para apreciação desta resolução, sendo as sugestões aprovadas pela
223 Plenária. O Conselheiro Renato Migliorini colocou que é necessário se marcar também
224 uma data para a reunião da CTAS, sendo colocado pelo Secretário Executivo que é
225 necessário se definir quem substituirá o IBAMA na mesma, sugerindo que a SEPLAN o
226 substituísse, o que foi aprovado pelos demais conselheiros. A Secretária do CEHIDRO
227 sugeriu que a reunião da CTAS fosse realizada no dia 12 de julho, às nove horas da
228 manhã na sala do CEHIDRO na SEMA, e o Secretario Executivo sugeriu que a reunião
229 Extraordinária fosse marcada para o dia 13 de agosto de 2009, o que foi aprovado pelos
230 conselheiros. O Secretario Executivo colocou que é necessário se definir quem será o
231 substituto do IBAMA na CTBarragens, informando aos conselheiros que a ARPCA se
232 voluntariou, sendo aprovado pelos conselheiros que a ARPCA integrasse a
233 CTBarragens. Dando continuidade à pauta, o Secretário Executivo colocou que antes do
234 inicio da reunião o conselheiro Fábio Castro, representante suplente do IPAC, ligou para a
235 Secretária do CEHIDRO informando que não poderia participar da reunião por motivos de
236 força maior, bem como o seu titular, entretanto gostaria de sugerir alterações na Minuta
237 de Resolução n° 28, que trata da outorga de direito de uso no Estado, e que como não
238 estaria presente, pediu que a mesma fosse retirada da pauta. A Secretaria do CEHIDRO

239 complementou que a alteração mencionada por ele se refere ao artigo 7º, que trata da
240 vazão remanescente em trechos curto-circuitados, a qual foi enviada por e-mail na manhã
241 da reunião, e questionou aos conselheiros se este tipo de solicitação será aceita, uma vez
242 que o Regimento Interno do CEHIDRO não prevê as mesmas. Os conselheiros presentes
243 decidiram por unanimidade não aceitar a solicitação de retirada da pauta. O Secretário
244 Executivo colocou então aos conselheiros que esta proposta de resolução tem o intuito de
245 substituir a Resolução nº 12, salientando que as alterações propostas foram feitas para o
246 CEHIDRO e para o Estado manterem-se em sincronia com o CNRH, sendo destacado
247 pela Secretária do CEHIDRO que a versão da Minuta de Resolução que está em
248 discussão é a que foi encaminhada aos conselheiros no dia 06 de julho. O Secretário
249 Executivo passou então a palavra para a sra. Ellen Pantoja, para que a mesma fizesse
250 uma síntese das alterações relevantes da resolução em relação à Resolução nº 12. A sra
251 Ellen Pantoja colocou aos conselheiros que duas alterações significativas foram feitas em
252 relação à Resolução nº 12, colocando que uma delas foi a alteração da captação
253 insignificante, ponderando que na resolução anterior se tinha um volume máximo para a
254 mesma, entretanto não se tem no sistema de outorga um controle por volume, o qual foi
255 retirado. Destacou ainda que foi aumentado o percentual permitido para a captação
256 insignificante para 0,25% da Q95, pois se verificou que o anterior era muito pequeno o
257 que acabava onerando os pequenos usuários, destacando que se captando 24 horas por
258 dia se tem um volume total de 43 mil litros, colocando ainda que este percentual ainda se
259 mantém em limite inferior ao permitido pelos demais estados. Colocou aos conselheiros
260 que a outra alteração feita diz respeito a captação superficial em barramentos, informando
261 aos conselheiros que foi feita uma consulta ao Jurídico da SEMA e o mesmo orientou ao
262 CEHIDRO se manifestar quanto ao mesmo, sendo complementado pelo Secretário
263 Executivo que o jurídico da SEMA ponderou que cabe ao CEHIDRO falar sobre a outorga
264 e os demais pontos cabem ao CONSEMA. A sra, Ellen Pantoja chamou a atenção dos
265 conselheiros para o parágrafo 3º do Artigo 7º, colocando aos conselheiros que a intenção
266 deste parágrafo é normatizar um procedimento que já é seguido pela gerência de outorga,
267 destacando que para a definição do mesmo se segue a mesma metodologia aplicada pela
268 ANA. A secretária do CEHIDRO colocou que este artigo 7º resolve em parte as questões
269 voltadas ao barramento que seriam discutidas na Câmara Técnica conjunta provisória
270 entre o CEHIDRO e o CONSEMA, destacando que o andamento desta está parado pela
271 dificuldade de se conseguir encaixar a discussão na pauta do CONSEMA. A conselheira
272 Alessandra Panizi colocou aos conselheiros que esta sendo revisto o Regimento Interno

do CONSEMA e que no mesmo esta sendo prevista a criação de uma CT conjunta com o CEHIDRO. O Secretário Executivo colocou em votação a proposta de Resolução nº 28, a qual foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros, e destacou que a mesma será publicada como Resolução nº 27, devido a necessidade de se seguir a seqüência numérica das resoluções. Em seguida, colocou aos conselheiros que foi encaminhado pela SES um ofício solicitando a indicação de um membro para integrar a Comissão Organizadora Estadual da 1ª Conferencia Estadual de Saúde Ambiental, ponderando que a conselheira Telma Monteiro, representante da SES, se ofereceu para representar o CEHIDRO na mesma, colocando em votação a indicação da mesma, o que foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a declarar o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 11h 41min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

LUIS HENRIQUE C. DALDEGAN
Presidente do CEHIDRO

LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI
Secretário Executivo do CEHIDRO

** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 29/10/2009.*

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*